

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – MARÇO – 2016
ANO 24 – NÚMERO 213

ESPECIAL



Construindo a Justiça do futuro em Minas

Fotos: Marcelo Albert e Renata Caldeira

Modernização, planejamento, gestão de comarcas e administração compartilhada. Esses quatro pilares pavimentaram o caminho percorrido pela gestão do desembargador Pedro Bitencourt Marcondes à frente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Mais jovem magistrado a assumir o comando do Poder Judiciário mineiro, em toda a história da instituição, o desembargador moldou uma nova face para a Justiça em Minas, apontando-a definitivamente para o futuro. Conheça nas próximas páginas algumas das principais novidades introduzidas pela gestão atual.

A Justiça do futuro: um caminho sem volta em Minas Gerais

Presidente Pedro Bitencourt Marcondes*



Samuel Gê-Arquivo Revista Encontro

A Justiça carrega em si os princípios universais da humanidade, porque é muitas vezes nos gabinetes, nas salas de audiências e nos salões de júri que são restabelecidos direitos, é promovida a igualdade e são corrigidas injustiças, geradoras de tantos sofrimentos. O produto final da Justiça é a paz social, almejada por povos de todo o mundo, entretanto, minada no cotidiano pelos conflitos das mais diversas naturezas.

Fornecer estrutura judiciária moderna, com magistrados preparados e independentes, servidores comprometidos e todas as ferramentas dessa complexa engrenagem, para oferecer uma justiça eficiente, é o grande desafio, e algo que nos impulsionou. Poder atuar efetivamente para melhorar a qualidade da Justiça, fazendo diferença e deixando uma marca, encheu-nos profundamente de entusiasmo nesses últimos meses.

Modernização, planejamento, gestão de comarcas e administração compartilhada foram o norte que guiaram as principais ações desta gestão. Foi com esse olhar que desenhamos o Planejamento Estratégico da Casa. O programa de ações e metas da instituição foi a estrada que pavimentamos, dia a dia, para alcançarmos nossa missão.

Elaboramos o orçamento alinhado a um cuidadoso e

ambicioso plano de gestão. Em seguida, de maneira inédita, promovemos encontros da Presidência com todos os gestores da instituição, quando foi feito um grande chamamento para que todos abraçassem as mudanças que estavam por vir e se tornassem multiplicadores dos novos tempos que soprariam, a partir dali, nesta Casa.

Toda organização é uma complexa combinação de recursos interdependentes. A aposta acertada no modelo de gestão por processos, que nos obriga ao compartilhamento permanente de conhecimento, levou-nos a abraçar a gestão cada vez mais compartilhada. Gestão que busca melhorar a cadeia de processos e que alinha todos à mesma visão, rumo à única missão, ancorados nos mesmos valores.

Ainda há muito a ser feito, mas é preciso celebrar as melhorias, bem como é preciso também agradecer a cada membro desta instituição que tem dedicado seu tempo e seu talento para a construção de um Judiciário melhor. Chegamos a um ponto sem volta: a Justiça do futuro, que nos escapa a cada instante, exigindo de nós a atenção permanente para seguirmos cada vez mais adiante.

As principais iniciativas que desenvolvemos para enfrentar esse grande desafio podem ser conferidas nas próximas páginas.

"Atingimos e, em alguns casos, até mesmo ultrapassamos as metas que nos impusemos. Nosso foco: a Primeira Instância. Nosso compromisso: a melhoria da prestação jurisdicional"

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessora de Comunicação

Institucional:

Letícia Lima

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisor:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Shirley Moraes

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

12 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Siad

Contribuir para a padronização e o controle dos procedimentos de compras e licitações, ampliando a eficiência, a transparência e a economia dos gastos públicos estão entre as vantagens oferecidas pelo Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad). O sistema foi adotado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para aquisições e contratações de bens e serviços, a partir do segundo semestre de 2015. Sistema corporativo utilizado pelo Poder Executivo Estadual, o Siad controla o ciclo dos materiais, serviços e obras, desde o planejamento da solicitação da demanda até a distribuição dos materiais de consumo, a baixa dos bens permanentes do patrimônio e a realização dos serviços e obras. Inicialmente, o Tribunal mineiro está priorizando a implantação do Siad na Segunda Instância. Numa segunda fase, o sistema será descentralizado e implantado nas 296 comarcas do estado. O Siad é administrado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão do Governo de Minas.

Novos fóruns e reformas

Os fóruns de São Sebastião do Paraíso, Ubá, Visconde do Rio Branco, Uberaba e Itabira ganharam prédios novos, ao longo desta gestão. Até junho, estarão concluídos também os novos fóruns de Vazante, Taiobeiras e Coromandel. Durante esta gestão, foram ainda iniciadas grandes obras, entre elas figuram as reformas e as adaptações do prédio da Unidade Francisco Sales, na capital, que deverão estar finalizadas em julho deste ano. Em maio próximo, a primeira etapa da reforma geral do prédio da nova sede estará concluída, e já foi dado início à

segunda etapa da obra, que deverá ser concluída em agosto de 2017. Em diversas comarcas, foram empreendidas reformas e/ou obras para dotar as edificações de maior acessibilidade. Entre os novos fóruns em construção, figuram os de Manhuaçu, Ribeirão das Neves e Uberlândia. A construção do novo prédio do fórum da Comarca de Contagem deverá ser iniciada ainda nesta gestão, e as obras serão iniciadas assim que o contrato for publicado. Na foto, o novo fórum de Uberaba, inaugurado em janeiro deste ano.

Juiz leigo

Atuar na conciliação, dirigir a instrução de causas e proferir decisões que serão submetidas ao juiz de direito, para homologação, estão entre as principais atividades do juiz leigo dos Juizados Especiais. Prevista na Lei 9.099/1995, a função foi criada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) no ano passado. O objetivo é que eles otimizem o trabalho dos Juizados Especiais, contribuindo para um melhor atendimento ao cidadão na busca de uma solução conjunta e pacífica para os conflitos. No segundo semestre de 2015, a Casa lançou edital público para selecionar os juízes leigos que atuarão nos Juizados Especiais da capital e do interior – ao todo, são 45 as comarcas em Minas que serão beneficiadas com a nova função. Foram autorizadas 81 vagas, sendo que 76 juízes leigos já foram designados na primeira semana deste mês. Para atuar como juiz leigo, é necessário ser advogado com no mínimo dois anos de experiência jurídica e ser selecionado por meio de concurso público. O exercício do cargo será considerado serviço público relevante e título em concurso público para a magistratura de carreira do Estado de Minas Gerais.



Marcelo Albert

"Contribuir para a padronização e o controle dos procedimentos de compras e licitações, ampliando a eficiência, a transparência e a economia dos gastos públicos estão entre as vantagens oferecidas pelo Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad). O sistema foi adotado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais para aquisições e contratações de bens e serviços, a partir do segundo semestre de 2015"



Renata Caldeira

PJe

A implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe), que alimenta o sonho de uma Justiça sem papel, moderna, mais célere e sustentável, foi abraçada como um dos pilares da atual gestão. Até fevereiro deste ano, mais de 25 mil feitos já haviam sido julgados pelo sistema em 25 comarcas de entrância especial – em 201 varas o peticionamento das ações já é realizado pelo meio eletrônico, com um atendimento a aproximadamente 38 mil usuários, entre magistrados, servidores e advogados. São números que revelam um expressivo avanço do PJe no Judiciário mineiro, desde o início

da implantação do sistema, ainda em 2012, por meio de um projeto-piloto nas Varas Regionais do Barreiro, na capital. Em 2014, o Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, aderiu gradualmente à implantação do sistema nas 35 varas cíveis, nas varas de família, da fazenda e demais varas, exceto as de natureza criminal. No segundo semestre do mesmo ano, o sistema foi implantado nas Comarcas de Betim e Contagem. Com os avanços, o TJMG concluiu, neste mês, a implantação do sistema em todas as 29 comarcas de entrância especial em Minas, na competência cível. Trata-se de um sistema em permanente expansão e melhorias.

Especialização de varas

Visando à busca de padronização, produção em série e maior celeridade dos atos processuais, a gestão investiu em uma maior especialização de varas na capital. A 13ª e a 24ª Varas Cíveis de Belo Horizonte tiveram sua competência alterada para processar e julgar exclusivamente as execuções de títulos extrajudiciais – nota promissória, duplicata, cheque, contratos garantidos por hipoteca, penhor, bens como os de seguro

de vida, escritura pública, crédito comprovado em documento, entre outros, e as ações ligadas a elas. Outra iniciativa nesse sentido, a Central de Cumprimento de Sentença (Centrase) em Belo Horizonte foi criada no segundo semestre de 2015 com o objetivo de retirar dos juízes da capital a prática de atos processuais posteriores ao trânsito em julgado das sentenças, de modo a atenuar o impacto do elevado número de processos em trâmite, sobretudo nas varas cíveis. Foram criadas também duas varas especializadas em execução fiscal municipal e foram alteradas as competências de varas de feitos da fazenda pública da Comarca de Belo Horizonte, adequando-as à novidade.

Cineclube TJ

Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), bem como o público externo da instituição, voltaram a ser brindados, em outubro de 2014, com exibições de obras marcantes da história do cinema, seguidas de discussão de alto nível sobre os temas abordados pelos filmes. Foi a volta do Cineclube TJ, que de 2003 a 2010 reuniu, em incontáveis noites nas dependências do Tribunal, amantes da sétima arte. O projeto estava desativado desde 2010, quando faleceu o desembargador Sérgio Braga, que o coordenava desde seu surgimento. Apaixonado pelo cinema e profundo conhecedor da sétima arte, o desembargador lançou em 2008 o livro comemorativo dos cinco anos do Cineclube TJ. Desde que o projeto foi retomado na instituição, foram mais de dez exibições: de filmes de diretores como o japonês Akira Kurosawa, com o seu emblemático *Dersu Uzala*, a Cidadão Kane, de Orson Welles, passando por Gilda, que eternizou a atriz Rita Hayworth como um mito do cinema, *Morangos Silvestres*, de Ingmar Bergman, e *Doze Homens e uma Sentença*, de Sidney Lumet, entre outros. Trata-se de um momento de descontração para os públicos interno e externo da Casa e de difusão e valorização da cultura. As sessões são realizadas na última quinta-feira de cada mês, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás, na capital.

"O TJMG concluiu, neste mês, a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em todas as 29 comarcas de entrância especial em Minas, na competência cível. Trata-se de um sistema em permanente expansão e melhorias"

Execução Fiscal Eficiente

O projeto Execução Fiscal Eficiente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) busca reduzir as ações de execução fiscal de pequeno valor ajuizadas pelo estado e pelos municípios, propondo formas alternativas de cobrança, como o protesto extrajudicial. A iniciativa tem provocado uma mudança de paradigma na cultura da judicialização estatal. Buscando dar maior efetividade à medida, o projeto tem privilegiado os municípios que apresentavam um grande acervo processual de execuções fiscais, como era o caso de Uberlândia, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Finalista do Prêmio Innovare em 2015, tendo recebido a menção honrosa na premiação, o projeto contribui para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e acolhe as deliberações do Comitê do Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, que incluíram, entre os macrodesafios para os anos de 2015 a 2019, encontrar soluções para as execuções fiscais. O projeto foi uma das iniciativas estratégicas relacionadas ao macrodesafio 6 do Planejamento Estratégico da Casa em 2015 – reduzir a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal.

Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE)

O Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE) foi criado com o objetivo de aumentar a celeridade e a produtividade em varas que apresentam grande quantidade de processos em seus acervos, em todas as comarcas mineiras. Pretende, ainda, alinhar o gerenciamento das unidades judiciárias da Justiça para o cumprimento dos macrodesafios previstos no Planejamento e na Gestão Estratégica do TJMG. Coração de Jesus, no Norte de Minas, e Presidente Olegário, no Noroeste, foram as primeiras comarcas a serem contempladas com o programa, no final de 2015. O PAE foca em três iniciativas principais: a intervenção localizada, em que equipes se deslocam até as comarcas escolhidas; o mutirão para a prolação de sentenças, em que alguns processos são encaminhados a juízes cooperadores de outras comarcas, para que eles profiram a decisão; e

o plano de ação gerencial, que consiste em um instrumento destinado ao acompanhamento das ações. Envolve a atuação conjunta da Presidência do TJMG, da Corregedoria e de vários magistrados. A iniciativa se baseia em outras experiências de apoio a unidades jurisdicionais com grande número de processos, realizadas com êxito em Minas Gerais.

Rua do Respeito

Mobilizar, articular e integrar esforços em prol da população que vive nas ruas, viabilizando ações voltadas para promover o exercício da cidadania dessa comunidade. Com esse objetivo surgiu o projeto "Rua do Respeito: todos temos direito a ter direitos", resultado de um termo de cooperação técnica (TCT) assinado em maio do ano passado pelo Tribunal mineiro, pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas). Algumas das atividades resultantes do termo de cooperação são as audiências públicas no interior de Minas, nas quais são discutidos aspectos relacionados à moradia, ao trabalho, à renda, à assistência social e à saúde das pessoas que vivem em situação de rua, e ações como a Rua dos Direitos, que leva diversos serviços públicos a logradouros das cidades. Entre as medidas pretendidas estão aquelas voltadas para a profissionalização, para o acesso à Justiça, para a proteção dos direitos, para a reconstrução da vida e para a inclusão social.

Nova sede

A nova sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), na Avenida Afonso Pena, no Bairro Serra, na capital, concretiza o sonho da unificação física da Segunda Instância. A reforma do edifício tem exigido da administração um grande esforço. A conclusão da primeira fase das obras está prevista para 30 de maio. Ocorrerá em junho próximo a mudança da Presidência, da 1ª, da 2ª e da 3ª Vice-Presidências, dos gabinetes e respectivas assessorias dos desembargadores que ocupam o anexo 2 da Unidade Goiás, além da estrutura parcial de órgãos que assessoram a Presidência. Os trabalhos desenvolvidos nos últimos meses sinalizam para o cumprimento da meta de levar toda a atividade judicial de segunda instância à nova sede no próximo ano.

"O Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE) foi criado com o objetivo de aumentar a celeridade e a produtividade em varas que apresentam grande quantidade de processos em seus acervos, em todas as comarcas mineiras. Pretende, ainda, alinhar o gerenciamento das unidades judiciárias da Justiça para o cumprimento dos macrodesafios previstos no Planejamento e na Gestão Estratégica do TJMG. Coração de Jesus, no Norte de Minas, e Presidente Olegário, no Noroeste, foram as primeiras comarcas a serem contempladas com o programa, no final de 2015"

Renata Caldeira



"Na primeira fase do projeto de gravação de audiências, o TJMG implantou o sistema em 20 locais da Comarca de Belo Horizonte. Em seguida, a iniciativa foi expandida para outros cinco locais do interior do estado. A próxima fase de expansão da gravação de audiências, já iniciada, atingirá as unidades jurisdicionais criminais das comarcas de entrância especial"



Marcelo Albert



Renata Caldeira

Gravação de audiências

Iniciativa que visa a acelerar as pautas de audiências, principalmente na área criminal, o projeto-piloto de gravação das audiências – oitivas de testemunhas e partes – e sua indexação para consultas futuras foi implantado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em agosto de 2015. A iniciativa abrevia a duração das audiências, permitindo que magistrados realizem uma quantidade maior desses procedimentos em um prazo de tempo menor. O sistema utilizado, chamado DRS, é composto por câmeras, microfone e um *software* que grava e gerencia os arquivos. Todos os depoimentos colhidos são indexados de forma a facilitar a localização da pessoa e do trecho da fala que se quer ver e ouvir, facilitando o trabalho da instância revisora. O programa foi concebido com foco nas varas criminais, que realizam o maior volume de audiências. Na primeira fase do projeto, o TJMG implantou o sistema em 20 locais da Comarca de Belo Horizonte. Em seguida, a iniciativa foi expandida para outros cinco locais do interior do estado. Foram priorizadas as Comarcas de Conselheiro Lafaiete, Contagem, Vespasiano e Ribeirão das Neves. A próxima fase de expansão, já iniciada, atingirá as unidades jurisdicionais criminais das comarcas de entrância especial. O projeto atende a uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Plano de eliminação documental

Iniciativa estratégica para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o plano de eliminação de documentos visa reduzir o acervo e, conseqüentemente, diminuir os custos com seu armazenamento (aluguéis de espaço e terceirização de guarda, entre outros). Trata-se de ferramenta indispensável para melhorar a gestão documental do Tribunal, medida que se tornou especialmente necessária diante do grande crescimento da massa documental. Por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), o TJMG conseguiu eliminar, no ano pas-

sado, 1.014.782 processos findos, ultrapassando a meta fixada no Planejamento Estratégico 2015, que era de um milhão. De julho de 2014 a fevereiro deste ano, o total foi de 1.126.934 processos eliminados, com a publicação de 20 editais de ciência de eliminação. A iniciativa exigiu a avaliação dos processos judiciais do acervo de 27 comarcas, gerido pela Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged). Até o final da gestão, mais 450 mil processos deverão ser eliminados.

Estagiários de pós-graduação

O Judiciário mineiro passou a oferecer vagas de estágio para estudantes de pós-graduação em direito, em maio de 2015. Podem se beneficiar dessa novidade as comarcas com média mensal de distribuição acima de 150 ações que não dispõem de função de confiança para assessoramento dos juizes ou não têm servidores em condições de ocupá-la. Além de oferecer ao estagiário uma experiência concreta da atividade judicial, permitindo que ele aprimore seus conhecimentos, o Tribunal mineiro contribui com essa medida para a capacitação de profissionais que ingressarão nas carreiras jurídicas ou militarão na advocacia. O estágio para pós-graduandos integra-se ao Planejamento Estratégico do TJMG, pois amplia os recursos para a prestação jurisdicional e procura assegurar a celeridade dos julgamentos, sem prejuízo da qualidade do atendimento ao cidadão.

Cejus

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) são as unidades do Poder Judiciário que concentram a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, bem como o serviço de atendimento e orientação ao cidadão. Oferecendo uma alternativa para a solução dos conflitos pautada no diálogo e na cooperação entre as partes, os Cejus tiveram grande impulso na atual gestão, espalhando-se por diversas comarcas mineiras. Até feverei-

ro deste ano, já havia 56 unidades em todo o Estado de Minas Gerais. Duas delas têm um caráter especial: o Cejus para Demandas Ambientais de Grande Repercussão Social (Cejus Ambiental) e o Cejus para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais de Grande Repercussão Social (Cejus Social). Esta última, instalada pelo Tribunal mineiro em 1º de julho de 2015, é a primeira do gênero no País. Localizada no Cejus da Comarca de Belo Horizonte e com abrangência em todo o estado, ela concentra a solução de demandas sociais – conflitos agrários, conflitos relacionados a invasões de terra e outras demandas territoriais, urbanas e rurais, de grande repercussão social. Já o Cejus Ambiental, também localizado na comarca de Belo Horizonte, foi criado em 14 de dezembro do ano passado e tratará de demandas relacionadas a danos ambientais de grande proporção.

Plano de Logística Sustentável

“Pequenas atitudes, uma grande causa.” Com esse slogan, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais lançou, em fevereiro último, as bases de uma campanha que pretende divulgar o novo Plano de Logística Sustentável (PLS) da instituição. O foco da iniciativa é implantar a cultura da sustentabilidade, por meio de ações de incentivo e conscientização, de mecanismos de controle e monitoramento das ações de compra, utilização e descarte de materiais, além do investimento em prédios sustentáveis e na qualidade de vida dos colaboradores. Assim, a nova versão do programa sistematiza as práticas de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do estado, estabelecendo condições para a inserção gradativa e continuada da responsabilidade socioambiental como atributo de valor dentro da instituição. Servidores das comarcas de Minas estão sendo convidados para formar Comissões de Apoio à Logística Sustentável (Calsus), para que contribuam na disseminação da cultura da sustentabilidade. O PLS foi desenvolvido pelo Núcleo de Sustentabilidade do TJMG, em atendimento a novas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o tema.



Marcelo Albert

Infância e Juventude

O TJMG presenteou a capital mineira com uma Cantata de Natal que vestiu de luz e música o Palácio da Justiça, símbolo do Poder Judiciário mineiro, às vésperas de uma das mais esperadas datas do calendário cristão, em 2014. No ano passado, o evento se repetiu, levando pela segunda vez dezenas de crianças e adolescentes para se apresentarem, entoando canções natalinas. Eles são, em sua maioria, meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social que integram o projeto social Coral e Or-

questra Infantojuvenil, idealizado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) e mantido pelo TJMG com o apoio de vários parceiros. Também com o objetivo de levar à sociedade a discussão sobre o tema da proteção integral ao adolescente, em outubro de 2015 a Coinj lançou o livro *Conte sua História*, que reuniu relatos de vida de adultos que viveram em instituições de acolhimento quando crianças e adolescentes. A obra pretende contribuir para o aprimoramento da sensibilidade e do trabalho de todos aqueles que se dedicam à infância e à juventude, especialmente magistrados e servidores do Poder Judiciário.



Marcelo Albert



Novos Tempos



Marcelo Albert

Comunicação institucional

Várias ações foram empreendidas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para fortalecer a comunicação da Casa com seus diversos públicos. Com foco na comunicação externa, a atual gestão investiu em um programa de *media training*, que visou preparar os porta-vozes da instituição para se comunicarem da melhor forma possível com a mídia. Desembargadores superintendentes de áreas e projetos e juízes auxiliares e das áreas mais demandadas pela imprensa participaram da iniciativa, que teve duas edições, em novembro de 2014 e em novembro de 2015. Em 21 de março de 2015, foi o momento de o TJMG vivenciar um marco da comunicação de seu Planejamento Estratégico 2015-2020. Batizada de Dia D, a campanha consistiu na veiculação simultânea, em todos os setores e comarcas do estado, de informações

sobre o Planejamento Estratégico, mobilizando magistrados, gestores, demais servidores e terceirizados para discutir o tema. Em setembro do ano passado, a administração abriu um canal de diálogo direto com os integrantes da instituição: o Fale com a Presidência, que funciona por meio de formulário próprio disponível na Rede TJMG. A atual gestão criou ainda o SMS TJMG, em novembro último. O canal envia informações relevantes sobre a instituição para aqueles que cadastrarem seus celulares por meio de formulário disponível na Rede TJMG. Também com o objetivo de ser um instrumento para informar e integrar as pessoas, fortalecendo, em especial, a comunicação com as comarcas do interior, entrará no ar, até o final deste mês, a rádio TJ Minas. Ela opera em caráter experimental e é veiculada por meio da intranet do Portal TJMG.

Livro Comarcas de Minas

Um marco histórico no estudo da estrutura do Judiciário mineiro, o livro *Comarcas de Minas*, produzido pela Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), apresentará a formação do território do estado, reunindo todo o processo de formação e evolução de sua divisão judiciária, paralelamente ao conjunto de mudanças sucessivas em sua divisão eclesiástica e administrativa. A publicação inclui a relação das comarcas, um breve histórico com sua data de criação, supressão, restauração e várias denominações, bem como a classificação quanto à entrância e leis de referência, de forma cronológica, de 1711 a 2014. A obra, que terá

acabamento de alta qualidade, apresenta ainda a relação de juízes de direito que passaram pelas comarcas e quadros analíticos da organização administrativa e judiciária. Resultado de parceria do Tribunal mineiro com a Imprensa Oficial de Minas Gerais e quase oito anos de pesquisa da Mejud, o livro terá cerca de 1.700 páginas, em dois volumes, dedicadas a preservar a história das 296 comarcas de Minas. A expectativa é que a publicação seja lançada até o próximo mês de maio. A tiragem é de 2 mil exemplares.

Banco de Peritos

Aprimorar o amplo acesso à Justiça, bem como a assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos é o objetivo central do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita (Sistema AJG), adotado pelo TJMG no ano passado. O sistema atua no âmbito da Justiça comum de primeiro e segundo graus, gerenciando a inscrição e a escolha de profissionais prestadores de serviços nos processos que envolvam assistência judiciária gratuita e dos respectivos pagamentos. A iniciativa permite ao magistrado nomear, de forma ágil e eficiente, peritos, tradutores e intérpretes para atuar nesses feitos. O cadastro, a escolha e o pagamento de honorários aos profissionais são realizados exclusivamente pelo sistema. Em agosto de 2015, o TJMG publicou edital para profissionais interessados em integrar o banco e, desde então, mantém disponível, em seu portal, a lista daqueles cujos cadastros foram validados. O sistema foi desenvolvido pelo Conselho da Justiça Federal.